

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**Lealce Mendes da Silva**

**DESAFIOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA EDUCAÇÃO: Estudo das percepções  
dos profissionais envolvidos nos processos**

**Belo Horizonte**

**2023**

**Lealce Mendes da Silva**

**DESAFIOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA EDUCAÇÃO: Estudo das percepções dos profissionais envolvidos nos processos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Daniele Oliveira Xavier

**Belo Horizonte**

**2023**

Ficha catalográfica

M538d Mendes-Silva, Lealce.  
2023 Desafios na prestação de contas na educação [manuscrito]: estudo das percepções dos profissionais envolvidos nos processos / Lealce Mendes da Silva. – 2023.

1 v.

Orientadora: Daniele Oliveira Xavier.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Xavier, Daniele Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Fabiana Santos - CRB-6/2530  
Biblioteca da FACE/UFMG. – FS/34/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **LEALCE MENDES DA SILVA Nº. DE REGISTRO: 2022706506**

TRABALHO FINAL: “**DESAFIOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA EDUCAÇÃO: Estudo das percepções dos profissionais envolvidos nos processos**”.

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

**APROVADA** em 20 de outubro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Profa. Dra. Daniele Oliveira Xavier (Orientadora FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP)

Profa. Dra. Simone Evangelista Fonseca (Membro da Banca Examinadora DECAP/UFOP)

Profa. Me. Leticia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Simona Evangelista Fonseca, Usuária Externa**, em 07/12/2023, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Drummond Rezende, Usuário Externo**, em 08/12/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Oliveira Xavier, Usuária Externa**, em 11/12/2023, às 23:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2886008** e o código CRC **224B1073**.

---

**Referência:** Processo nº 23072.276087/2023-41

SEI nº 2886008

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente aos gestores escolares e ATBs que tornaram possível a realização desta pesquisa. A colaboração de vocês foi fundamental para este estudo.

Minha sincera gratidão ao Superintendente da SRE de Ouro Preto e à Diretora da DAFI pelo valioso apoio fornecido ao longo deste processo de pesquisa.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram e ajudaram na realização deste trabalho.

Suas contribuições foram valiosas.

Obrigada a todos e a todas.

## RESUMO

### **DESAFIOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA EDUCAÇÃO: Estudo das percepções dos profissionais envolvidos nos processos**

Neste estudo foram analisadas as percepções dos profissionais envolvidos no processo de prestação de contas das escolas estaduais sob a jurisdição da 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto. O objetivo foi verificar a percepção desses profissionais das escolas identificando áreas de eficiência e possíveis melhorias. Para isso, foi conduzida uma pesquisa de opinião por meio de um questionário com 10 questões fechadas envolvendo um público de 60 participantes (incluindo gestores escolares e ATBs financeiros), dos quais 50 responderam ao questionário, garantindo um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 5%. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, analisando dados numéricos para compreender a percepção dos envolvidos sobre o problema. Os resultados indicaram que a prestação de contas na 25ª SRE de Ouro Preto enfrenta desafios significativos como acúmulo de processos aguardando análise; falhas/equívocos na elaboração dos processos que levam a obstáculos para os procedimentos de aprovação/conclusão; necessidade de simplificar requisitos documentais, disponibilizar mais recursos e suporte técnico para profissionais da escola, melhorar a clareza nas orientações e promover treinamento contínuo. Essas sugestões visam aprimorar a transparência e a eficiência dos processos de prestação de contas nas escolas vinculadas à SRE de Ouro Preto. Portanto, a pesquisa contribui para a melhoria da prestação de contas das escolas estaduais na região da SRE de Ouro Preto e desenvolver práticas mais eficientes que podem beneficiar outras regionais de ensino enfrentando desafios semelhantes. As percepções e experiências dos gestores escolares e dos ATBs financeiros e a identificação das causas das falhas nos processos de prestação de contas fornecerão insights para tomada de decisões e intervenções necessárias.

**Palavras-chave:** Prestação de Contas. Eficiência. Transparência. Educação.

## RESUMEN

### **DESAFÍOS EN LA RENDICIÓN DE CUENTAS EN LA EDUCACIÓN: Estudio de las percepciones de los profesionales involucrados en los procesos**

En este estudio, se analizaron las percepciones de los profesionales involucrados en el proceso de rendición de cuentas de las escuelas estatales bajo la jurisdicción de la 25ª Superintendencia Regional de Educación (SRE) de Ouro Preto. El objetivo fue verificar la percepción de estos profesionales de las escuelas identificando áreas de eficiencia y posibles mejoras. Para ello, se llevó a cabo una encuesta de opinión a través de un cuestionario con 10 preguntas cerradas que involucró a un público de 60 participantes (incluyendo directores escolares y asistentes técnicos de financiamiento), de los cuales 50 respondieron al cuestionario, garantizando un nivel de confianza del 90% y un margen de error del 5%. La encuesta adoptó un enfoque cuantitativo, analizando datos numéricos para comprender la percepción de los involucrados sobre el problema. Los resultados indicaron que la rendición de cuentas en la 25ª SRE de Ouro Preto enfrenta desafíos significativos, como acumulación de procesos pendientes de análisis; fallas/errores en la elaboración de los procesos que obstaculizan los procedimientos de aprobación/conclusión; necesidad de simplificar los requisitos documentales, proporcionar más recursos y soporte técnico para los profesionales de la escuela, mejorar la claridad en las orientaciones y promover la formación continua. Estas sugerencias buscan mejorar la transparencia y la eficiencia de los procesos de rendición de cuentas en las escuelas vinculadas a la SRE de Ouro Preto. Por lo tanto, la investigación contribuye a mejorar la rendición de cuentas de las escuelas estatales en la región de la SRE de Ouro Preto y desarrollar prácticas más eficientes que pueden beneficiar a otras regiones educativas que enfrentan desafíos similares. Las percepciones y experiencias de los directores escolares y los asistentes técnicos de financiamiento, así como la identificación de las causas de las fallas en los procesos de rendición de cuentas, proporcionarán información valiosa para la toma de decisiones e intervenciones necesarias.

**Palabras clave:** Rendición de Cuentas. Eficiencia. Transparencia. Educación.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3. METODOLOGIA .....	22
4. ANÁLISE DOS DADOS .....	26
4.1. A análise quantitativa .....	26
4.2. Percepções identificadas na análise.....	33
5. SUGESTÃO PARA INTERVENÇÃO .....	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

Uma eficiente prestação de contas dos recursos públicos é fundamental para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos da educação assim garante que os recursos sejam utilizados de maneira adequada e de acordo com as diretrizes estabelecidas. No contexto da administração pública, a prestação de contas representa um dever ético e legal dos gestores, permitindo que a sociedade e os órgãos de controle tenham visibilidade sobre a correta utilização dos recursos públicos.

Para Rodrigues (2021) a prestação de contas é vista como uma prática essencial para garantir a transparência e a responsabilidade no uso de recursos financeiros e a conformidade com regulamentos e normas. Rodrigues ele discorre que a prestação de contas é uma obrigação constitucional no contexto da administração pública.

Segundo Costa (2009) a Prestação de Contas é um princípio constitucional, ademais é fundamental para a transparência administrativa e permite que a sociedade acompanhe as ações dos gestores em relação aos recursos públicos. É uma obrigação pessoal do administrador público, considerando a pessoa responsável pela administração de bens ou serviços públicos.

Nesse contexto, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos, e a Resolução SEE N° 3.670, de 28 de dezembro de 2017, estabelecem normas e procedimentos que visam a transparência, legalidade e responsabilidade na utilização dos recursos públicos na área da educação (BRASIL, 1993; MINAS GERAIS, 2017).

Uma eficiente prestação de contas dos recursos públicos é fundamental para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos da educação, portanto, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, a Resolução SEE/MG N° 3.670, de 28 de dezembro de 2017, estabelece normas e procedimentos para a prestação de contas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEE), definindo o dever dos gestores escolares de fornecer informações precisas sobre a execução financeira e patrimonial dos recursos sob sua responsabilidade (BRASIL, 1993; MINAS GERAIS, 2017).

A Resolução SEE-MG N° 3.670/2017 como um instrumento normativo fundamental, regulamenta o funcionamento e a prestação de contas das escolas estaduais em Minas Gerais de acordo com o Decreto N° 45.085 de 2009. Essa resolução é essencialmente um manual de prestação de contas entre os gestores escolares e a Secretaria de Estado de Educação/SEE-MG e estabelece normas específicas e procedimentos para a prestação de contas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEE). Ela define o dever dos gestores escolares de fornecer informações precisas sobre a execução financeira e patrimonial dos recursos sob sua responsabilidade. Assim, a prestação de contas não é apenas um requisito legal, mas também um instrumento essencial para a eficaz gestão dos recursos destinados à educação. (MINAS GERAIS, 2017).

O sistema de gestão financeira das escolas estaduais de Minas Gerais é orientado pela SEE-MG, que celebra termos de compromisso para disponibilizar recursos. A transferência de recursos ocorre por meio do SIAFI/PRODEMGE, condicionada à elaboração de plano de trabalho e termo de compromisso entre a SEE e as caixas escolares. Após a execução, as caixas devem apresentar prestação de contas à SEE, mesmo que o projeto não seja totalmente executado. Esse processo visa assegurar a transparência e eficiência na aplicação dos recursos.

Contudo, o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as Escolas enfrenta desafios na 25ª SRE de Ouro Preto, evidenciados pelo acúmulo de 624 processos aguardando análise. Esse cenário pode resultar em impactos negativos. Diante disso, a pesquisa justifica-se na necessidade de compreender esses desafios e propor intervenções para aprimorar o processo de análise/aprovação das prestações de contas na SRE.

A pesquisa busca responder à pergunta sobre como desenvolver estratégias para garantir uma execução adequada das etapas da prestação de contas, visando a redução dos equívocos por parte de quem organiza, bem como a redução de atrasos na análise/conclusão, e assim, garantir a fluidez de todo o processo.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi verificar a percepção dos profissionais das escolas estaduais da 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto envolvidos com os processos de prestação de contas, identificando áreas de eficiência e possíveis melhorias. Os resultados obtidos orientaram a formulação de sugestões para aprimorar a transparência e a eficácia desses processos.

Realizada com o intuito de avaliar os processos de prestação de contas nas escolas vinculadas à 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto, esta pesquisa utilizou a pesquisa de opinião por meio de um questionário para avaliar a necessidade de estratégias de intervenção com o objetivo de melhorar e solucionar os problemas identificados. Essa abordagem envolveu a análise dos dados numéricos para compreender a percepção dos envolvidos no processo de prestação de contas sobre o problema. Portanto, os resultados forneceram uma base para a formulação de recomendações específicas que visam o aprimoramento da transparência e a eficácia dos processos de fornecimento de contas na área educacional.

Essa pesquisa contribui para a melhoria da prestação de contas das escolas estaduais as 25ª SRE de Ouro Preto, bem como o desenvolvimento de práticas mais eficientes na prestação de contas que possam beneficiar outras regionais de ensino que enfrentem desafios semelhantes. A análise das percepções e experiências dos gestores escolares e dos ATBs financeiro e a identificação das causas das falhas/equívocos nos processos de prestação de contas fornecerão insights valiosos para a tomada de decisões e intervenções necessárias.

A presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos que compõem um panorama completo e aprofundado sobre a questão da prestação de contas na 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto.

O capítulo 2 explora a base teórica da pesquisa, bem como as normas legais relacionados à prestação de contas na educação, examinando estudos anteriores que moldam o entendimento sobre o assunto.

Em seguida, o capítulo 3 há a descrição da metodologia empregada para realizar esta pesquisa. Isto inclui a abordagem de pesquisa, método de coleta de dado, seleção de participantes e instrumento utilizado. A metodologia foi fundamental para garantir que a pesquisa fosse conduzida de maneira rigorosa gerando resultados confiáveis e válidos.

O capítulo 4 compartilha os resultados e análises dos dados coletados, a análise quantitativa das percepções dos profissionais da escola envolvidos com a prestação de contas. Os dados forneceram insights que ajudarão a entender o problema da pesquisa e a identificar áreas de

eficiência e melhorias. Neste capítulo também há uma seção que contém a síntese das percepções identificadas por meio da análise dos dados coletados.

Já o capítulo 5 é dedicado a propor sugestões de intervenção para abordar os desafios identificados na pesquisa. São apresentadas estratégias destinadas a melhorar a transparência e a eficácia dos processos de prestação de contas na SRE de Ouro Preto. Essas sugestões são fundamentais para a aplicação prática dos resultados da pesquisa e para criar um impacto positivo no nas prestações de contas da SRE de Ouro Preto.

Por fim, o capítulo 6 conclui e sintetiza os achados da pesquisa e destaca os pontos-chave identificados. Fornece uma visão geral das descobertas, sua relevância e como elas contribuem para o campo da prestação de contas na educação.

Cada capítulo desempenha um papel fundamental na construção do entendimento e na formulação de recomendações que visam aprimorar a transparência e a eficácia dos processos de prestação de contas das escolas estaduais.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, será abordado o contexto do problema das prestações de contas na 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, além de realizar uma revisão pela literatura e pela norma legal que rege a prestação de contas. Localizada na histórica cidade de Ouro Preto, essa SRE desempenha um papel fundamental na implementação das políticas educacionais do estado, visando à melhoria do ensino e aprendizado nas escolas públicas sob sua jurisdição.

A SRE de Ouro Preto desempenha um papel crucial na coordenação da educação básica dos municípios que estão sob sua jurisdição, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto, envolvendo escolas estaduais, particulares, municipais que não têm regime próprio, professores, gestores educacionais e estudantes. Para os quais, desempenha diversas funções, incluindo a coordenação de atividades pedagógicas, formação de professores, acompanhamento das ações educacionais, gestão de recursos e suporte técnico às escolas. Atua como uma ponte de comunicação entre as escolas e a Secretaria de Estado da Educação, transmitindo informações, diretrizes e orientações para o funcionamento do sistema educacional. Ademais, integra à educação identidade cultural e histórica local, enriquecendo o aprendizado dos estudantes.

Nas escolas estaduais há trinta gestores e trinta Assistentes Técnicos da Educação Básica (ATBs) responsáveis por todas as demandas financeiras das escolas. Os gestores escolares cumprem jornada de oito horas fazendo a gestão administrativa, pedagógica, de pessoal e financeira enquanto os ATBs fazem seis horas de trabalho diário. O ATB é um profissional que desempenha um papel importante nas escolas da SEE-MG (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais) sua função é colaborar e apoiar a gestão escolar nas atividades administrativas e organização da escola. No âmbito financeiro é o ATB que auxilia o gestor em todo o processo de compras, licitações, Chamadas Públicas para aquisições da Agricultura Familiar, pagamentos, monitoramento das contas bancárias e saldos, documentos da caixa escolar, prestação de contas e outros.

O setor de finanças da SRE, a Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), orienta e dá suporte às trinta escolas estaduais nas questões financeiras, incluindo a análise de prestação de

contas. São as analistas de prestação de contas, juntamente com a diretoria do setor, que orientam e acompanham as ações das escolas.

A DAFI, até, aproximadamente, a metade do segundo semestre de 2021 contava com três analistas efetivas com função gratificada, que além de analisar prestação de contas dos termos da SEE, atendem várias outras demandas, como fazer as descentralizações para caixas escolares e outros pagamentos (Pronatec, fornecedores, contratos); atendimento aos gestores e ATBs; documentação de caixa escolar; análise de prestação de contas dos processos do PDDE e Ações Agregadas e demandas da SEE. A partir dessa data a SEE contratou dois analistas para, exclusivamente, analisar os processos do ano 2016 para trás, sendo chamados de processos do arquivo passivo, enquanto as outras três analistas analisam os do ano vigente até ano 2017, os processos do arquivo ativo.

Os recursos financeiros são transferidos para as escolas estaduais por meio de processos bancários e sistemas eletrônicos, podendo ocorrer regularmente, mensalmente, ou conforme a necessidade de projetos. Essa descentralização visa fortalecer a gestão escolar, proporcionando autonomia às unidades educacionais, e é estabelecida por meio de um Plano de Aplicação de Recursos e um Termo de Compromisso entre a SEE-MG e cada escola. Dessa forma, proporciona agilidade na aplicação dos recursos, permitindo que as escolas definam prioridades e tomem decisões de forma ágil. Além disso, estimula a participação da comunidade, envolvendo professores, alunos, pais e membros locais, promovendo transparência na utilização dos recursos públicos, uma vez que as escolas prestam contas de suas ações e resultados.

O processo de prestação de contas é acompanhado pela SRE, que fiscaliza e monitora a execução dos planos e termos de compromisso, assegurando a correta aplicação dos recursos e a efetividade das ações desenvolvidas. As escolas têm a responsabilidade de prestar contas da execução dos recursos de acordo com as normas estabelecidas pela SEE-MG, demonstrando a correta utilização dos recursos e o cumprimento das ações planejadas.

Contudo, um problema apontado pelo Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as Escolas revela que 624 processos de prestação de contas estão protocolados na 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto, com o status "Protocolado

aguardando análise". Este quantitativo, verificado em 14 de julho de 2023 (tabela 1), é dinâmico, variando ao longo do ano devido à entrada e conclusão contínua de novos processos.

Tabela 1 - Processos aguardando análise

ANO	PROCESSOS PROTOCOLADOS AGUARDANDO ANÁLISE	VALOR (\$)
2010	3	8.500,00
2013	4	1.745.922,88
2014	9	2.245.471,99
2015	18	1.166.066,56
2016	6	69.298,00
2017	49	2.085.351,20
2018	18	795.385,60
2019	126	5.480.996,10
2020	130	5.591.387,42
2021	113	6.202.824,33
2022	148	10.403.403,50
<b>TOTAL</b>	<b>624</b>	<b>35.794.607,58</b>

Fonte: Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as escolas-SEE/MG-2023

O detalhamento mostra que houve um pico em 2022, com 148 processos registrados. O valor total dos processos cresceu significativamente, atingindo R\$ 10.403.403,50 em 2022. Esse aumento progressivo desde 2019 sugere uma maior distribuição de recursos, refletindo investimentos e execução de políticas públicas pela gestão estadual, indicando uma tendência positiva. Nota-se também que, até o momento do levantamento, nenhum processo de 2022 foi concluído, pois estavam em fase de análise. Isso pode indicar desafios na capacidade ou eficiência das escolas ao realizar a prestação de contas, bem como na capacidade da SRE de realizar a análise.

Se as análises de prestação de contas não foram realizadas dentro de seus respectivos anos e os processos acumularam ao longo do tempo, a situação é preocupante. O acúmulo de processos sem análise pode indicar problemas de gestão, falta de recursos humanos suficientes para realizar as análises ou mesmo ineficiências nos processos internos. Esse acúmulo pode aumentar o risco de irregularidades ou desvios de recursos não detectados e compromete a transparência e a responsabilidade da gestão pública.

O processo de análise das prestações de contas protocoladas na SRE enfrenta desafios que contribuem para a demora na conclusão dos procedimentos. Isso se deve à complexidade do ciclo de procedimentos realizados pelas analistas, que inclui a análise inicial, diligência com a



escola, aguardo pela resolução de pendências, nova análise da devolução feita pela escola (quando necessário, há nova diligência com a escola), elaboração do parecer aprovando a prestação de contas, alteração do status de “Processos protocolados aguardando análise” para “Aprovado” no Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as escolas, preenchimento da planilha de controle interno, direcionamento para aprovação da Diretora da Diretoria Administrativa e Financeira-DAFI e do Superintendente, e, finalmente, baixa do processo no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI/PRODEMGE. Após a baixa, alteração do status de “Aprovado” para “Baixado” no Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as Escolas.

Este conjunto de etapas demonstra a complexidade e a extensão do processo, impactando diretamente na demora da conclusão dos procedimentos de prestação de contas. A existência de falhas/equívocos nos processos de prestação de contas contribui para atrasos em sua conclusão, bem como a organização e qualidade dos documentos enviados impactam diretamente na eficiência e rapidez da análise.

Além disso, a possibilidade de falhas no repasse de orientações representa um desafio adicional que afeta a análise dos processos de prestação de contas. O acúmulo de processos não analisados pode comprometer a efetividade da prestação de contas, prejudicando a visão abrangente e atualizada das finanças e projetos em andamento.

Sobre isso, Costa (2009) enfatiza que a Prestação de Contas é um princípio constitucional e fundamental para a transparência administrativa, ela permite que a sociedade acompanhe as ações dos gestores em relação aos recursos públicos. Tem o objetivo de demonstrar as ações do administrador diante da sociedade, bem como verificar a obediência ao que determina a legislação específica sobre o tema, observando o respeito aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, além dos princípios da isonomia e da economicidade.

De acordo com Fonseca e Lima (2023), é necessário "libertar dados" dos relatórios de prestação de contas e desenvolver estratégias e instrumentos para construir modelos conceituais representativos da realidade, de forma consistente com as necessidades e interesses dos cidadãos.

Segundo Rocha e Santos de Alencar (2016) a busca pela transparência na administração pública na América Latina é fundamental para o acompanhamento da gestão pública e está enraizada na base do sistema republicano. O direito à informação, que permite acesso a informações sobre os atos do governo e organismos públicos, teve origem na Suécia em 1766 e foi posteriormente adotado por outros países. Na América Latina, a Colômbia estabeleceu legislação de transparência em 1888, enquanto os Estados Unidos só aprovaram sua Lei de Acesso à Informação em 1967. O Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, reconhece o direito à liberdade de pensamento e expressão, incluindo o acesso à informação.

Conforme apontado por Lopes, Felicíssimo e Cavalcanti (2021), no último ano do governo de João Goulart, a Lei Nº 4.320/1964 marcou a consagração da autonomia do direito financeiro e o avanço da contabilidade pública. Essa lei desmembrou o controle sobre a administração pública, separando o controle interno, exercido pelo Poder Executivo, e o controle externo, a cargo do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União (TCU). O controle interno foca na verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos da administração pública, enquanto o controle externo visa verificar a probidade da administração, a adequada guarda e uso dos fundos públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento. Ambas as formas de controle visam garantir a probidade na administração pública, preservando os princípios orçamentários e o cumprimento das leis orçamentárias (LOPES, FELICÍSSIMO, CAVALCANTI, 2021).

Na Constituição de 1988, período de redemocratização, houve uma ampliação e detalhamento do controle interno e externo, destacando o papel dos tribunais de contas. O artigo 70 estabeleceu a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, suas entidades, e da Administração Direta e Indireta, abrangendo legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas (LOPES, FELICÍSSIMO, CAVALCANTI, 2021). Faria (2016) ressalta a padronização de processos no âmbito federal e a criação do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) em 1987, com um Plano de Contas Único. Segundo Rocha e Santos de Alencar (2016), a democratização e a Constituição de 1988 impulsionaram a transparência governamental, tornando o acesso à informação pública um direito fundamental.

A Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos órgãos públicos no Brasil. Embora não trate especificamente da prestação de contas, essa legislação

orienta a necessidade de transparência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos no contexto da prestação de contas. Ela exige que os órgãos e entidades públicas mantenham registros contábeis detalhados para permitir a verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. Além disso, determina que os gestores públicos prestem contas da execução dos recursos a órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas, apresentando documentos, relatórios e elementos que comprovem a correta utilização dos recursos (BRASIL, 1993).

A transparência como um dos princípios da gestão pública inclui a prestação de contas para informar os cidadãos sobre o uso dos recursos públicos e o alcance dos objetivos. No entanto, é preocupante que os dados das prestações de contas da SRE de Ouro Preto não tenham sido disponibilizados ao público e ainda não tenham sido analisados, aprovados e concluídos.

Uma eficiente prestação de contas dos recursos públicos é fundamental para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos da educação, portanto, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, a Resolução SEE/MG Nº 3.670, de 28 de dezembro de 2017, estabelece normas e procedimentos para a prestação de contas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEE), definindo o dever dos gestores escolares de fornecer informações precisas sobre a execução financeira e patrimonial dos recursos sob sua responsabilidade. Essa resolução regulamenta o funcionamento e a prestação de contas das escolas estaduais em Minas Gerais de acordo com o Decreto Nº 45.085 de 2009. Ela é essencialmente um manual de prestação de contas entre os gestores escolares e a Secretaria de Estado de Educação/SEE-MG (MINAS GERAIS, 2017).

O repasse financeiro para as escolas estaduais de Minas Gerais segue um processo de descentralização, direcionado para cobrir despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, com base no número de matrículas do ano anterior, conforme o censo escolar. O Decreto Nº 45.085 de abril de 2009 regula a transferência de recursos financeiros para as caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino, visando garantir transparência e adequada utilização desses recursos em projetos educacionais (MINAS GERAIS, 2009).

A gestão financeira nas escolas segue as orientações estabelecidas pela Secretaria de Educação e o processo inicia com a SEE-MG celebrando o termo de compromisso que disponibiliza os recursos. Em seguida, a escola desenvolve um plano de ação para a utilização desses recursos,

definindo prioridades e alocando percentuais para cada necessidade. Os recursos financeiros estaduais são repassados às escolas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI/PRODEMGE (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais) (MINAS GERAIS, 2009, 2017).

Os repasses são destinados às escolas com diferentes finalidades que incluem: Manutenção e custeio da unidade de ensino para o ensino regular e integral; Alimentação escolar para o ensino regular e integral; Conectividade (contratação de internet, mão de obra especializada em informática e peças para reposição); Obras; Mobiliário e equipamentos; Sistema de Vigilância e Segurança; e outros recursos eventuais para atender às necessidades das instituições de ensino (MINAS GERAIS, 2009; 2017).

O Sistema de Transferência de Recursos Financeiros para as Escolas em Minas Gerais permite aos Gestores Educacionais gerenciarem os Planos de Aplicação/Termos de Compromisso firmados entre as Caixas Escolares e a Secretaria de Estado de Educação (SEE). No processo, a assinatura digital do Termo de Compromisso pelo gestor escolar desencadeia o empenho, liquidação e descentralização dos recursos pela Superintendência Regional de Ensino (SRE), depositados na conta corrente da escola. O Plano de Aplicação de Recursos, elaborado pela SEE, define projetos, custos e ações a serem desenvolvidos com os recursos, acompanhado do Termo de Compromisso que estabelece condições e responsabilidades para a transferência e execução das atividades (MINAS GERAIS, 2009, 2017).

As caixas escolares devem cumprir requisitos, apresentar documentação atualizada e ter regulamento próprio de licitação. O Decreto Nº 45.085 de 2009 regula a transferência, promovendo transparência, eficiência e legalidade. Os recursos devem ser usados conforme o plano de trabalho, com eventual saldo incorporado, reprogramado ou utilizado para ampliação de metas. Todos os gastos seguem processo licitatório. A execução do projeto deve ocorrer na vigência do termo de compromisso, com a possibilidade de aditamentos, e as informações devem ser visíveis à comunidade escolar (MINAS GERAIS, 2009, 2017).

O processo de prestação de contas, estabelecido pelo Decreto Nº 45.085 de abril de 2009, é crucial para as caixas escolares em Minas Gerais. Após a execução de um termo de compromisso, a caixa escolar deve elaborar e apresentar o processo de prestação de contas à Secretaria de Estado de Educação (SEE) por meio da Superintendência Regional de Ensino

(SRE) em até trinta dias após o término do prazo de vigência, mesmo que o projeto pactuado não tenha sido executado integralmente. O processo deve incluir documentos como relatório de execução financeira e física, demonstrativo financeiro, parecer do Colegiado Escolar, entre outros. A prestação de contas deve ser acompanhada de documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas. Em casos de irregularidades, a SEE pode promover a tomada de contas especial para apuração de responsabilidades (MINAS GERAIS, 2009).

A não apresentação ou não aprovação da prestação de contas pode resultar em bloqueio no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI-MG), instauração de tomada de contas especial e outras medidas punitivas. A SEE pode editar normas e orientações adicionais, e o Decreto Nº 45.085 de 2009 estabelece que a nomeação ou designação de diretores de escolas deve considerar o histórico de pendências financeiras e de prestação de contas dos gestores para evitar futuros problemas de gestão (MINAS GERAIS, 2009).

Afonso (2018) aborda o desafio da *accountability* (prestação de contas) para os gestores públicos, especialmente diretores de escolas públicas, devido à complexa rede de responsabilização que enfrentam. A *accountability* na educação envolve atender a regulamentações legais, demandas hierárquicas e sociais, incluindo avaliações e prestação de contas. Os diretores enfrentam pressões e expectativas de diversos atores internos e externos, como o Ministério da Educação, inspeção da educação, tribunal de contas, comunidade educativa, partidos políticos, sindicatos e fundações filantrópicas.

Conforme Lima (sem data), Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a prestação de contas pode ser vista de duas perspectivas distintas. Para gestores inexperientes, incompetentes ou mal-intencionados, a prestação de contas é encarada como um sacrifício desnecessário e burocrático. Eles reclamam do controle exercido pelos órgãos de fiscalização, culpando-os por seus próprios fracassos e problemas. Por outro lado, há gestores empreendedores que encaram a prestação de contas como uma oportunidade para mostrar os resultados de seu trabalho. Eles veem as auditorias e recomendações como diretrizes valiosas para melhorar as políticas públicas e utilizam os julgamentos dos controladores como aliados para frear propostas inadequadas.

Esses gestores compreendem a importância do controle externo independente e técnico e valorizam a transparência e o diálogo. Eles reconhecem a nobreza de prestar contas à sociedade e respeitam os procedimentos de controle. Por outro lado, gestores que desprezam as regras, desrespeitam prazos e ignoram a importância da prestação de contas são considerados ignorantes, despreparados e indignos de exercerem a função pública. Portanto a atitude de um gestor em relação à prestação de contas revela seu caráter e seu compromisso com os princípios republicanos e democráticos. Aqueles que valorizam esse princípio são respeitados e reconhecidos, enquanto os que o desprezam são considerados inadequados para a função que exercem (LIMA, sem data).

Como discorrem Pereira e Cordeiro Filho (2012), no Setor Público, o patrimônio pertence a todos, o que torna a fiscalização de interesse geral. O gestor público age em nome da população que o elegeu, e o controle do patrimônio público é exercido por órgãos especializados dentro da estrutura do Setor Público. Essa é a realidade em países democráticos. Administrar recursos públicos é responsabilidade dos administradores públicos, enquanto a fiscalização e análise das prestações de contas são atribuições do Poder Legislativo, com o apoio dos Tribunais de Contas. No entanto, essa relação entre o poder concedente (que fornece recursos financeiros) e o poder receptor apresenta grandes conflitos de interesses.

Todos esses requisitos visam garantir a transparência, responsabilidade e eficiência na utilização dos recursos financeiros destinados às escolas, bem como assegurar que os recursos sejam aplicados de maneira adequada para atender às necessidades educacionais.

### 3. METODOLOGIA

Foi detectado que os processos de prestação de contas protocolados na 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE), Ouro Preto, estão acumulados e aguardando análise bem como suas análises e conclusões são feitas de forma morosa, além disso, esses processos são entregues pelas escolas com falhas/equívocos.

A ausência de uma análise efetiva permite que eventuais problemas passem despercebidos, comprometendo a transparência e a adequada aplicação dos recursos, bem como haja descontentamento e insatisfação por parte das instituições e da comunidade atendida (os stakeholders). Isso pode levar à perda de confiança e credibilidade na capacidade da 25ª SRE por ser o do órgão responsável em cumprir suas obrigações de análise de forma eficiente e transparente

Para entendimento da problemática, com base em Lakatos e Marconi (2003), a presente pesquisa propôs a integração dos métodos quantitativos e qualitativos, reconhecendo que ambas as abordagens têm contribuições valiosas para o conhecimento científico. Esse método misto, segundo Creswell (2007), valoriza a complementaridade dos métodos quantitativos e qualitativos, buscando utilizar suas forças e vantagens para responder de forma mais abrangente e profunda à questão da pesquisa.

Souza e Kerbauy (2017) defendem a abordagem quanti-qualitativa, destacando a complementaridade e legitimidade dessas perspectivas. Elas argumentam que a relação entre quantidade e qualidade não é de oposição, mas de integração, permitindo o uso de técnicas que combinam ambos os enfoques para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais. A convergência desses métodos, segundo as autoras, amplia a credibilidade e a legitimidade dos resultados da pesquisa, possibilitando a identificação de variáveis específicas e uma visão global dos problemas investigados.

Segundo Gil (2002) pesquisas cujo objetivo é a coleta de opiniões podem ser englobadas na classificação descritiva. Para ele as pesquisas descritivas têm como principal propósito descrever as características, além de estabelecer relações entre variáveis. Diversos estudos podem ser categorizados nessa abordagem, sendo uma de suas características distintivas o uso

de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática (GIL, 2002).

A presente pesquisa é descritiva abordou o aspecto quantitativo na coleta de dados e lançou mão de uma análise dos resultados com viés qualitativo. Foi realizada uma coleta de dados por meio de um questionário, com perguntas fechadas e respostas pré-definidas que buscaram obter dados numéricos e mensuráveis. Os resultados utilizaram gráficos para apresentar os dados de forma objetiva.

O método quantitativo, segundo Creswell (2007), é uma abordagem fundamental na pesquisa científica que se concentra na coleta e também na análise de dados numéricos. Essa metodologia é especialmente útil quando se busca responder a perguntas de pesquisa específicas que podem ser quantificadas e medidas de maneira objetiva.

A pesquisa de opinião, como mencionada por Weber e Pérsigo (2017), é uma abordagem metodológica que busca coletar e analisar dados sobre percepções, sentimentos, intenções, pensamentos e motivações de indivíduos ou grupos em relação a um determinado tema ou questão. Essa abordagem pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa, ou até mesmo uma combinação de ambas.

Neste estudo foi utilizado um questionário que conteve questões fechadas no formato de pesquisa de opinião. O público-alvo da pesquisa consistiu em 60 pessoas que desempenham um papel crucial em relação à prestação de contas. Destas, 50 indivíduos responderam ao questionário, formando a amostra representativa. Isso proporcionou um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 5%, garantindo estatística aos resultados obtidos. Segundo Souza e Kerbauy (2017), essa abordagem quantitativa se baseia no paradigma positivista, enfatiza a mensuração quantitativa dos fenômenos sociais e busca a objetividade na pesquisa, empregando técnicas e instrumentos de coleta e tratamento de dados tipicamente quantitativos.

Já a pesquisa de opinião, como mencionada por Weber e Pérsigo (2017), é uma abordagem metodológica que busca coletar e analisar dados sobre percepções, sentimentos, intenções, pensamentos e motivações de indivíduos ou grupos em relação a um determinado tema ou questão. Essa abordagem pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa, ou até mesmo uma combinação de ambas. A pesquisa de opinião quantitativa emprega técnicas de quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento dos dados por meio de técnicas



estatísticas. De acordo com Guimarães (sem data), a Pesquisa de Opinião é definida como a investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de dados, visando a descoberta e/ou descrição de fatos e/ou a verificação da existência de relações presumidas entre fatos (ou variáveis).

Solicitou-se à diretoria da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto autorização para a aplicação da pesquisa de opinião aos envolvidos com a prestação de contas. Essa solicitação foi efetuada tanto por e-mail quanto por meio do canal de acesso à informação de MG.

O questionário foi elaborado por meio da plataforma Survio. A qual é uma ferramenta online que possibilita a criação e distribuição de questionários personalizados para a coleta de informações e opiniões dos participantes. Essa plataforma é de acesso gratuito e permite a criação de pesquisas para diversos propósitos, onde o questionário pode ser compartilhado com os participantes por meio de links, e-mails ou incorporação em sites.

Para coletar os dados necessários para esta pesquisa, foi utilizado o questionário composto por 10 questões fechadas, nas quais os participantes tinham opções de respostas predefinidas para selecionar. Os participantes tiveram um prazo de 5 dias corridos para responder às questões e contribuir com suas opiniões sobre o tema em discussão. Os convites para participação foram enviados aos 60 participantes desta pesquisa por e-mail e WhatsApp, contendo o link para acesso ao questionário online. As respostas foram coletadas por meio da plataforma Survio durante o período de 4 a 8 de setembro de 2023.

O estudo foi conduzido junto aos participantes envolvidos nos processos de prestação de contas das 30 escolas estaduais localizadas na jurisdição da 25ª Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto. Essas escolas estão distribuídas nos municípios de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Os participantes dessa pesquisa foram compostos pelos 30 gestores escolares e pelos 30 ATBs financeiros dessas instituições de ensino.

A plataforma online, Survio, permitiu o acompanhamento das respostas em tempo real à medida que os participantes preenchiam o questionário. Isso proporcionou visão imediata das respostas e dos padrões emergentes. A plataforma também ofereceu os recursos para a análise, como gráficos e tabelas, que auxiliaram na compreensão dos resultados da pesquisa de maneira visual e concisa.

Nessa premissa, os dados coletados auxiliaram no objetivo da pesquisa que era verificar qual é a percepção dos profissionais da escola envolvidos com os processos de prestação de contas e às estratégias de comunicação utilizadas pela 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto, identificando áreas de eficiência e possíveis melhorias. Os resultados obtidos orientarão a formulação de recomendações para aprimorar a transparência e a eficácia desses processos.

Foi possível obter uma visão mais precisa e mensurável do contexto e dos aspectos subjetivos envolvidos e identificar percepções e relações estatisticamente significativas que orientaram a formulação de estratégias de intervenção baseadas em evidências. Dessa forma, a pesquisa não apenas identificou os desafios enfrentados, mas também forneceu uma base para a tomada de decisões informadas visando à melhoria dos processos de prestação de contas.

A análise dos dados além de ter auxiliado num melhor entendimento da problemática, poderá ser utilizada posteriormente para a proposição de uma intervenção com ações que possam amenizar ou eliminar os problemas mencionados. Será uma prática essencial para enfrentar os desafios, aproveitar as oportunidades e garantir fluidez na conclusão dos processos parados aguardando análise.

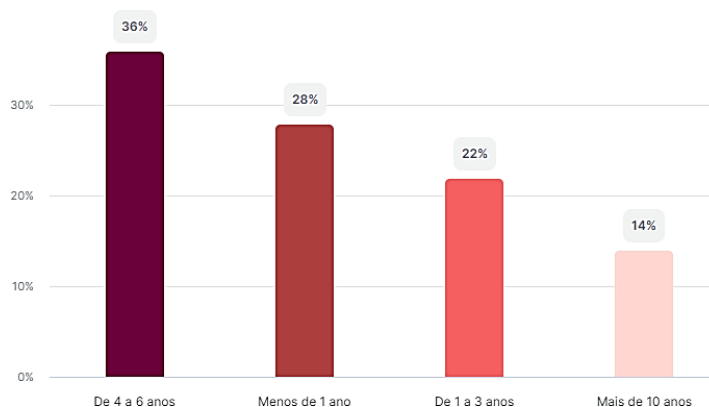
## 4. ANÁLISE DOS DADOS

O questionário foi respondido por 50 pessoas de uma população de 60, as respostas foram coletadas pela plataforma Survio entre os dias 04 e 08 de setembro de 2023 resultando em uma taxa de resposta de aproximadamente 83,33%. Essa taxa de resposta é um indicativo positivo para a pesquisa, haja vista que há representatividade das respostas em relação à população-alvo da pesquisa.

### 4.1 A análise quantitativa

A análise quantitativa do gráfico 1 revela que a maioria dos participantes da pesquisa tem uma experiência variada com processos de prestação de contas, com um número significativo deles trabalhando na área por um período de 4 a 6 anos. Uma proporção considerável também está começando ou tem menos de 1 ano de experiência na prestação de contas, o que destaca a importância de fornecer suporte e capacitação adequados para os profissionais iniciantes. Aqueles com uma experiência mais longa também estão presentes, indicando a diversidade de experiências e perspectivas entre os participantes.

Gráfico 1 - Tempo de atuação com prestação de contas

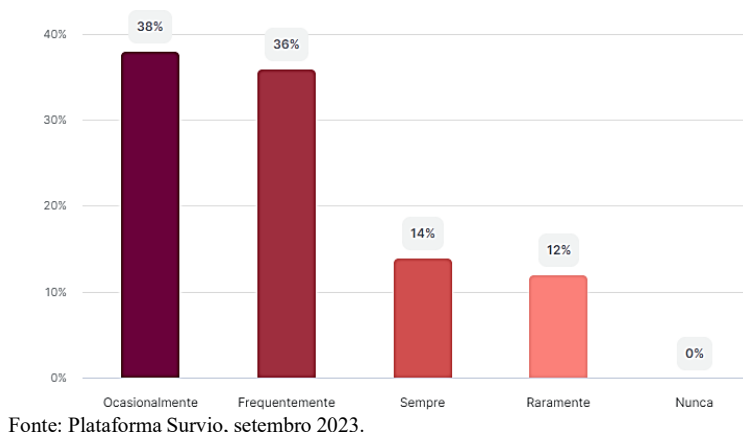


Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

A análise quantitativa do gráfico 2 revela que a maioria dos participantes recebeu orientações ocasionalmente ou frequentemente sobre a elaboração de processos de prestação de contas nos últimos dois anos. Isso sugere que existe um certo grau de apoio e treinamento, mas também

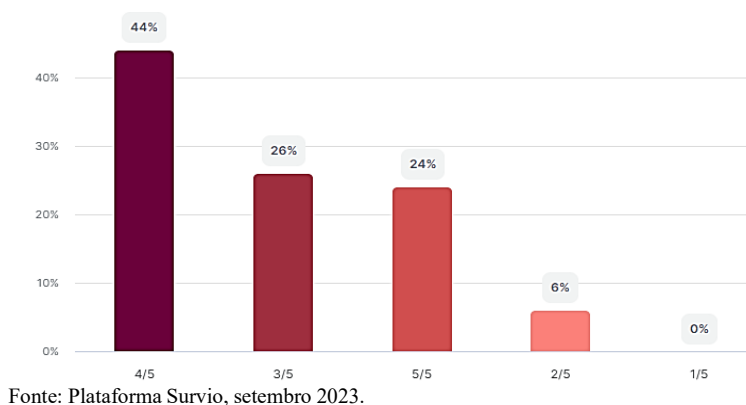
indica que há espaço para melhorias na frequência das orientações para aqueles que as recebem raramente ou nunca. A ausência de respostas na categoria "Nunca" sugere que todos os participantes receberam orientações em algum momento nos últimos dois anos.

Gráfico 2 - Recebimento de orientações nos últimos 2 anos.



A análise quantitativa do gráfico 3 revela que a maioria dos participantes está moderadamente satisfeita com as orientações fornecidas pela SRE de Ouro Preto, com 44% atribuindo uma classificação de 4/5. Um número significativo também deu a pontuação máxima, 5/5, o que sugere grau de satisfação para cerca de 24% dos participantes. Por outro lado, uma minoria, 6%, dos participantes deu uma pontuação baixa, 2/5. Não houve respostas com uma pontuação de 1/5, o que sugere que ninguém está extremamente insatisfeito com as orientações.

Gráfico 3 - Nível de satisfação com as orientações recebidas.



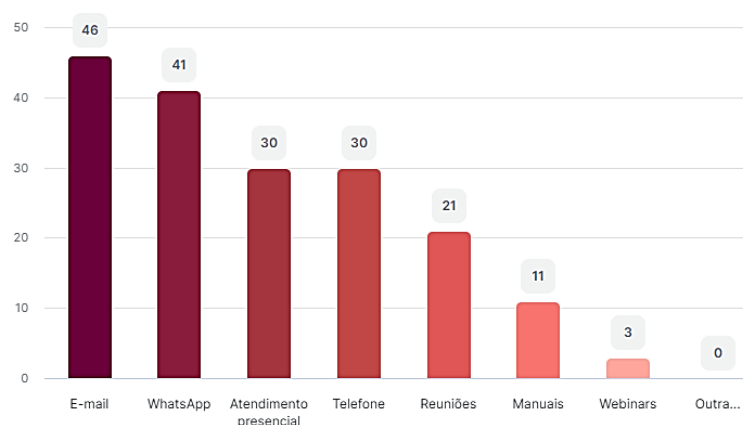
No gráfico 4, a análise quantitativa mostra que as estratégias de comunicação mais comuns utilizadas pela SRE de Ouro Preto são o e-mail e o WhatsApp. Essas ferramentas digitais

parecem ser as mais preferidas tanto para a SRE quanto para os participantes da pesquisa. O atendimento presencial e o telefone também são meios frequentemente utilizados. Isso sugere que a SRE oferece suporte presencial e por telefone para aqueles que preferem ou precisam de interações mais diretas.

As reuniões também são uma estratégia de comunicação significativa, colocando que a SRE realiza sessões de informações para orientar os envolvidos. Manuais e webinars são menos comuns. Isso pode indicar que essas estratégias são menos preferidas ou menos frequentes em comparação com as outras.

Como nenhuma resposta apresentou uma estratégia de comunicação para repasse de orientações diferente das específicas, fica entendido que as estratégias mencionadas na pesquisa abrangem as principais formas de comunicação utilizadas pela SRE de Ouro Preto.

Gráfico 4 - Estratégias de comunicação utilizadas pela SRE.



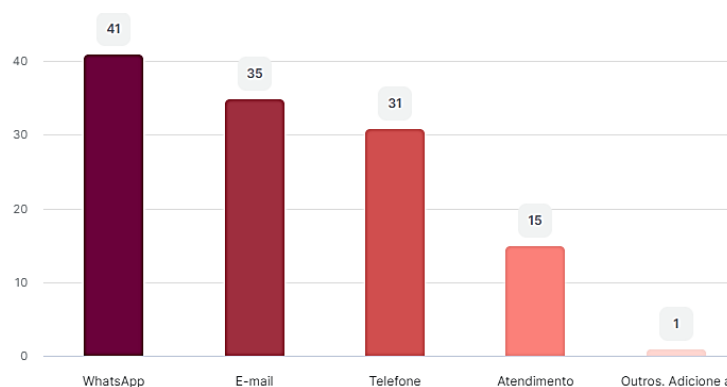
Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

A análise quantitativa do gráfico 5 indica que o WhatsApp é o canal de comunicação mais popular para buscar esclarecimentos indicando que muitas pessoas recorrem a essa forma rápida e direta de se comunicar quando enfrentam dificuldades com as orientações recebidas. O e-mail é o segundo canal mais utilizado, embora seja menos instantâneo que o WhatsApp, ainda é uma escolha popular para buscar esclarecimentos. O telefone também é uma opção frequente, isso sugere que algumas pessoas preferam a comunicação por telefone para obter respostas imediatas. Já o atendimento presencial, é menos frequente, indicando que as pessoas recorrem

mais às formas de comunicação à distância, como WhatsApp, e-mail e telefone. A categoria "Outras" teve apenas 1 resposta, mas não foi especificado qual era essa outra opção.

Esses resultados mostram que os canais de comunicação digital, como WhatsApp e e-mail, são os mais populares para buscar esclarecimentos, seguidos por telefone e pelo atendimento presencial. Isso pode refletir a preferência por interações mais rápidas e convenientes, especialmente quando se trata de questões relacionadas à prestação de contas.

Gráfico 5 - Estratégias de comunicação utilizadas para buscar orientação.



Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

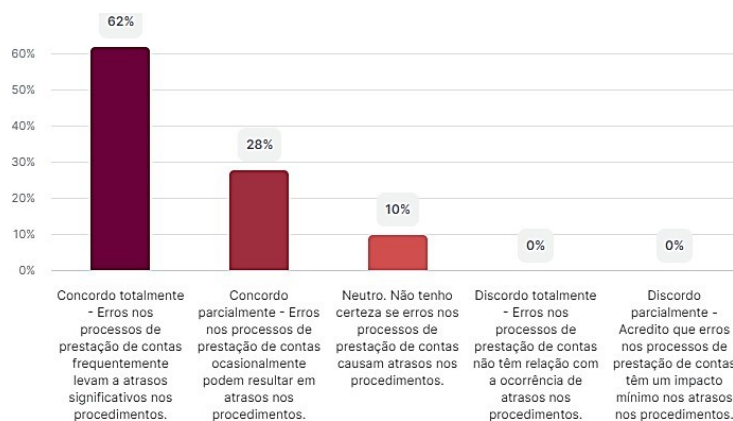
A análise quantitativa do gráfico 6 indica que a maioria dos participantes concorda totalmente (62%) com a afirmação de que erros nos processos de prestação de contas frequentemente levam a atrasos significativos nos procedimentos. É também indicativo de preocupação com a importância de evitar erros nesses processos para garantir a eficiência e a pontualidade dos procedimentos relacionados à prestação de contas.

Uma parcela significativa concorda parcialmente, reconhecendo que erros ocasionais podem resultar em atrasos enquanto, apenas, uma minoria permanece neutra em relação a esta questão, afirmando não ter certeza se erros nos processos de prestação de contas causam atrasos nos procedimentos.

Nenhum dos participantes discordou totalmente ou parcialmente da afirmação, mas a maioria confirma a importância de evitar erros nos processos de prestação de contas para manter os procedimentos em andamento de maneira eficiente. Isso ressalta a percepção comum de que

erros podem ter um impacto negativo nos prazos e na eficácia dos procedimentos de prestação de contas.

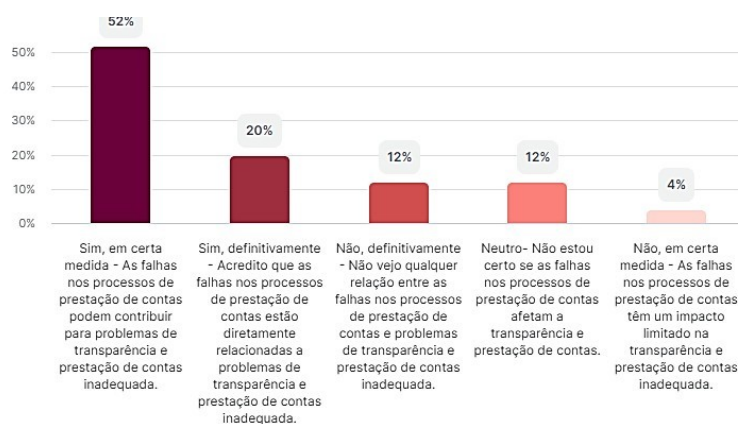
Gráfico 6 - Opinião sobre erros e atrasos nos processos de prestação de contas.



Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

A análise quantitativa do gráfico 7 mostra que a maioria dos participantes concorda que as falhas nos processos podem contribuir em certa medida para problemas de transparência e prestação de contas internas. 20% dos participantes acredita que as falhas nos processos estão definitivamente relacionadas a problemas de transparência e prestação de contas relevantes. Uma pequena percentual (12%) discorda definitivamente que existe uma relação entre falhas nos processos e problemas de transparência e prestação de contas incontornáveis, enquanto outro, manifesta incerteza sobre a relação entre falhas nos processos e problemas de transparência com prestação de contas financeiras. Uma minoria acredita que as falhas nos processos têm um impacto limitado na transparência e prestação de contas internas.

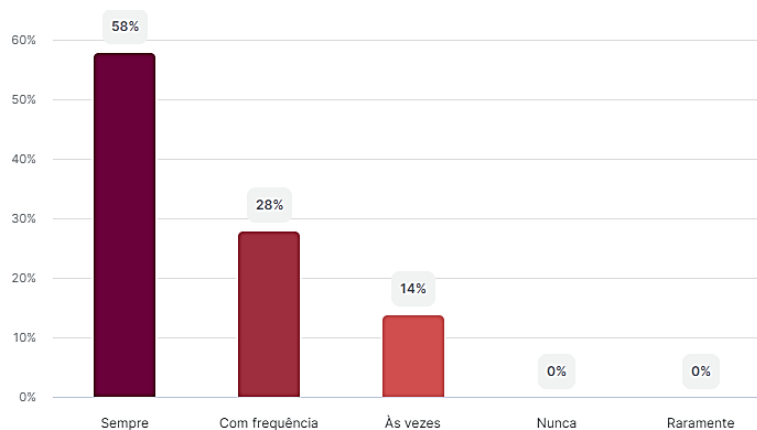
Gráfico 7 - Percepções sobre a relação entre falhas e transparência na prestação de contas



Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

Na análise quantitativa do gráfico 8 pode-se observar que a maioria dos participantes percebe que as falhas têm um impacto significativo nos processos de prestação de contas, seja sempre ou frequentemente, geram retrabalho e aumento da carga de trabalho para os envolvidos. Um número substancial (28%) de participantes percebe um impacto considerável, embora não seja constante. Alguns participantes percebem, às vezes, um impacto, mas não com a mesma regularidade que o primeiro grupo. Nenhum dos respondentes selecionou as opções "Nunca" ou "Raramente", o que sugere que nenhum dos participantes acredita que as falhas nos processos de prestação de contas raramente ou nunca afetam o retrabalho e o aumento da carga de trabalho. Isso destaca a importância de melhorar os processos para evitar ou reduzir essas falhas e seus efeitos negativos.

Gráfico 8 - Impacto das falhas nos processos de prestação de contas e na carga de trabalho.



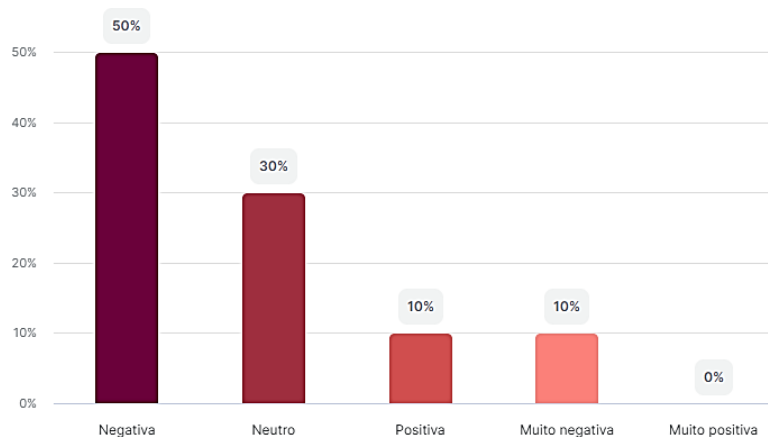
Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

Na análise quantitativa do gráfico 9 a metade dos participantes percebe a influência dos equívocos nos processos de prestação de contas na imagem e credibilidade da SRE junto ao poder público. 30% têm uma visão neutra sobre essa influência, o que significa que não estão convencidos de que os equívocos tenham um impacto positivo ou negativo significativo na imagem da SRE. 10% acreditam que os equívocos têm uma influência positiva na imagem SER, isso quer dizer que uma minoria que acredita que esses erros podem, de alguma forma, melhorar a imagem da SRE. Outros 10% acreditam que os equívocos têm uma influência muito negativa para a SRE. Nenhum dos respondentes selecionou a opção "Muito positiva", o que significa que nenhum dos participantes acredita que os equívocos tenham uma influência muito positiva na imagem da SRE.



Em suma, a maioria dos participantes acredita que os equívocos nos processos de prestação de contas têm uma influência negativa na imagem e credibilidade da SRE junto ao poder público.

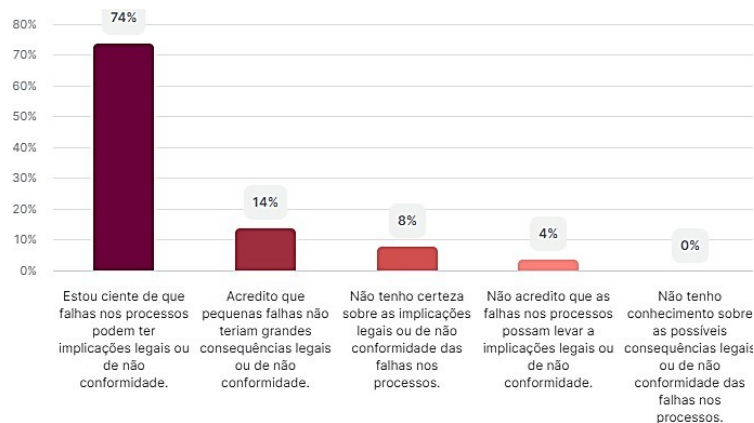
Gráfico 9 - Influência dos equívocos nos processos de prestação de contas e na imagem da SRE.



Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

Na análise quantitativa do gráfico 10 a maioria dos participantes reconhece a importância de evitar falhas nos processos de prestação de contas para evitar problemas legais ou de não conformidade. 14% acreditam que pequenas falhas nos processos provavelmente não teriam grandes consequências legais ou de não conformidade. 8% não têm certeza sobre as implicações legais ou de não conformidade das falhas nos processos, isso indica uma falta de clareza ou conhecimento sobre o assunto por parte desses participantes. A minoria não acredita que as falhas nos processos possam resultar em implicações legais ou de não conformidade.

Gráfico 10 - Percepções sobre implicações legais de falhas em prestação de contas



Fonte: Plataforma Survio, setembro 2023.

## 4.2 Percepções identificadas na análise

Esta seção, apresenta uma síntese abrangente das percepções identificadas por meio da análise dos dados coletados. As análises anteriores nos permitiram explorar e compreender os elementos essenciais de nosso estudo. Agora, é o momento de condensar essas percepções em um resumo claro e conciso. Ao abordar as percepções emergentes, serão destacadas as descobertas mais relevantes que surgiram ao longo da análise, proporcionando uma visão panorâmica das conclusões essenciais deste estudo.

A análise indica que a maioria dos participantes está moderadamente satisfeita com as orientações fornecidas pela SEE e enviadas pela SRE de Ouro Preto. Isso sugere que, embora a satisfação seja moderada, existem preocupações sobre a qualidade e a eficácia dessas orientações visto que essas orientações, no formato em que são repassadas, podem não ser suficientes para prepará-los para os requisitos necessários.

Em relação ao treinamento, a análise apontou para a importância de um investimento contínuo. Os dados mostram que a falta de treinamento adequado é uma preocupação comum entre os participantes, destacando a necessidade de atualizações regulares nas habilidades e conhecimentos.

Já em relação à comunicação das orientações, foi revelado que o e-mail e o WhatsApp são as estratégias de comunicação mais comuns indicando que essas ferramentas digitais são preferidas tanto pela SRE quanto pelos participantes da pesquisa. No entanto, é evidente que o atendimento presencial e por telefone ainda são relevantes para aqueles que trocam interações diretas.

A análise também mostrou que o WhatsApp é o canal mais popular para buscar esclarecimentos sendo considerado forma rápida e eficaz de comunicação para resolver dúvidas, seguido por e-mail e telefone.

A análise reconhece a complexidade da organização dos processos de prestação de contas como um desafio, ressaltando a importância de treinamento específico e suporte técnico para lidar com essa complexidade.

Foi identificado que a maioria dos participantes (62%) concordou que erros nos processos de prestação de contas frequentemente causam atrasos nos procedimentos. Isso destaca que tais erros podem resultar em sobrecarga de trabalho, uma vez que é necessário refazer o processo, o que por sua vez dificulta o cumprimento dos prazos

Foi revelado que a maioria dos participantes acredita que as falhas nos processos de prestação de contas estão relacionadas a problemas de transparência. Cerca de 52% concordam em certa medida, enquanto 20% concordam definitivamente com essa afirmação. Isso destaca a complexidade associada à documentação como um dos fatores que afetam a transparência. Ademais, percebe-se que a maioria dos participantes acredita que as falhas ocorrem frequentemente ou sempre, resultando em retrabalho e aumento da carga de trabalho. Esses resultados sugerem um indício de sobrecarga de trabalho devido à quantidade de documentação e à complexidade dos processos de prestação de contas.

Metade dos participantes acredita que equívocos nos processos de prestação de contas têm uma influência negativa na imagem da SRE. Isso ressalta a importância da qualificação e da estrutura, incluindo a criação de cargos específicos para servidores que atuam na gestão financeira nas escolas, bem como a capacitação para os novos gestores. Acredita-se que, dessa forma, muitas falhas e equívocos poderão ser evitados, e todo o processo de análise e aprovação poderá ocorrer com fluidez, sem delongas.

Durante a análise, observou-se que a maioria dos participantes (52%) acredita que as falhas nos processos de prestação de contas contribuem, em certa medida, para problemas de transparência e prestação de contas. Além disso, 20% dos participantes acreditam que essas falhas estão diretamente relacionadas a problemas de transparência. Por outro lado, é notável que 74% dos participantes estão cientes de que falhas nos processos de prestação de contas podem ter implicações legais ou de não conformidade.

A complexidade das resoluções e normas legais é amplamente considerada um desafio comum na prestação de contas. Isso se deve ao fato de que compreender e seguir a legislação é fundamental para garantir a conformidade e a transparência nos processos. Portanto, é imperativo avaliar se existe a necessidade de uma melhor compreensão da legislação, uma vez

que o conhecimento legal desempenha um papel crucial na prevenção de erros que possam afetar a transparência e a prestação de contas.

Além disso, é importante verificar com os envolvidos na prestação de contas se existem desafios nos processos de aquisição de itens ou contratação de serviços que, por consequência, possam impactar os procedimentos de prestação de contas.

Diversos aspectos críticos emergiram durante a análise. Primeiramente, a complexidade inerente aos procedimentos para organização dos processos de prestação de contas foi destacada como um desafio significativo. Isso sublinha a importância do treinamento contínuo para capacitar os envolvidos a lidar com essa complexidade. Além disso, observou-se que canais de comunicação eficazes desempenham um papel vital. O WhatsApp, por exemplo, surgiu como um canal popular para buscar esclarecimentos devido à sua agilidade.

Outra percepção relevante é que erros nos processos de prestação de contas podem resultar em atrasos, retrabalho e aumento da carga de trabalho, prejudicando a eficiência geral. Isso aponta para o impacto das falhas nos processos sobre a transparência e a prestação de contas.

A importância da qualificação e da estrutura adequada é evidente. Isso ressalta a necessidade de criar cargos específicos e oferecer capacitação para os profissionais envolvidos na organização dos processos de prestação de contas. A falta de reconhecimento profissional e a ausência de uma carreira estruturada também são questões a serem consideradas.

Por último, a análise indicou a necessidade de simplificar os requisitos documentais, disponibilizar mais recursos e suporte técnico, melhorar a clareza nas orientações e promover treinamento contínuo. A combinação dessas sugestões pode estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias eficazes destinadas a aprimorar os processos de prestação de contas das escolas vinculadas à SRE de Ouro Preto, garantindo maior transparência e eficiência.

## 5. SUGESTÃO PARA INTERVENÇÃO

No âmbito deste estudo, foram identificados desafios importantes relacionados aos processos de prestação de contas na área educacional e às estratégias de comunicação empregadas pela 25ª Superintendência regional de Ensino de Ouro Preto (SRE Ouro Preto). Esses desafios incluem a complexidade dos procedimentos, erros frequentes, comunicação ineficaz e acúmulo de processos aguardando análise na SRE.

Portanto, neste capítulo serão apresentadas algumas propostas de intervenção que visam abordar esses problemas de forma eficaz e sistemática. As ações propostas têm como objetivo central melhorar a transparência e a eficácia dos processos de prestação de contas, bem como melhorar a comunicação entre as escolas e a SRE.

Estas propostas não apenas se baseiam nas conclusões da pesquisa, mas também procuram alinhar-se com práticas em gestão educacional e administração pública.

Elemento	Proposta 1
Ação	Implantação de prestação de contas digitais e online utilizando sistema moderno e intuitivo
Agente	Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
Modo	Desenvolvimento e implementação de um sistema de prestação de contas online, acessível tanto por computadores quanto por dispositivos móveis, com uma interface amigável e intuitiva. Serão realizados treinamentos para que os profissionais envolvidos se familiarizem com o novo sistema e saibam como utilizá-lo eficazmente.
Efeito	Simplificação dos processos de prestação de contas, redução de erros, maior transparência, agilidade na comunicação e facilidade de acesso aos dados relevantes. Isso resultará em uma melhoria significativa na eficiência dos procedimentos e na qualidade da gestão financeira nas escolas.
Detalhamento	A implantação desse sistema será obtida com uma análise das necessidades específicas das escolas e da SRE de Ouro Preto. Um sistema personalizado poderá ser desenvolvido para atender a essas necessidades, garantindo que ele seja intuitivo e fácil de usar. Deverá ser fornecido treinamentos para os

	profissionais envolvidos, tanto presencialmente quanto por meio de recursos online, afim de garantir que todos estejam aptos a utilizar o novo sistema.
--	---

<b>Elemento</b>	<b>Proposta 2</b>
Ação	Oferta de pacotes de dados móveis ou acesso a redes Wi-fi públicas e seguras para os profissionais da SRE de Ouro Preto.
Agente	Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
Modo	Estabelecimento de contratos com operadoras de telefonia móvel locais para oferta de pacotes de dados móveis subsidiado aos profissionais da SRE, ou disponibilização de acesso a redes wi-fi publicas seguras nas dependências da SRE.
Efeito	Garantia de que os profissionais da SRE tenham acesso fácil e econômico à internet, permitindo a utilização eficaz de ferramentas de comunicação como o WhatsApp e o novo sistema de prestação de contas online. Isso aumentou a eficiência da comunicação e o desempenho de suas funções.
Detalhamento	Será realizada uma pesquisa para identificar a demanda por pacotes de dados móveis ou acesso a redes wi-fi. Com base nessa pesquisa serão estabelecidos contratos com operadoras de telefonia móvel ou pontos de acesso wi-fi instalados na SRER. Deverá ser fornecido suporte técnico para garantir que os profissionais possam utilizar esses recursos de forma eficaz.

<b>Elemento</b>	<b>Proposta 3</b>
Ação	Resolução do problema do acúmulo de processos aguardando análise na SRE de Ouro Preto.
Agente	Superintendência Regional de ensino de Ouro Preto
Modo	Revisão e otimização dos processos de prestação de contas, alocação de pessoal adicional, se necessário, e implementação de um sistema de gerenciamento de tarefas para monitorar o andamento dos processos.
Efeito	Redução significativa do tempo necessário para a aprovação e conclusão dos processos de prestação de contas, garantindo que os prazos sejam cumpridos e que a eficiência seja melhorada.

Detalhamento	Uma equipe multidisciplinar deverá ser designada para revisar os processos existentes, identificar gargalos e propor soluções. Se necessário, pessoal adicional poderá ser contratado ou treinado para atender a demanda. Um sistema de gerenciamento de tarefas será implementado para monitorar o andamento dos processos e identificar quaisquer atrasos. Isso garantirá uma gestão eficiente dos processos de prestação de contas.
--------------	--

<b>Elemento</b>	<b>Proposta 4</b>
Ação	Promoção da Formação em Legislações pertinentes
Agente	Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
Modo	Desenvolvimento de programas de formação contínua em legislações pertinentes para os gestores e ATBs. Isso incluirá cursos presenciais e recursos de aprendizagem online para garantir flexibilidade no acesso à formação. A formação deverá ser ministrada por especialista em compras/licitações/prestação de contas.
Efeito	Os gestores e ATBs terão conhecimento mais profundo e atualizado das legislações que regem a área financeira, incluindo normas estaduais e federais. Isso os capacitará a eleger suas funções com maior precisão e de acordo com leis vigentes
Detalhamento	Será realizado um levantamento das necessidades de formação dos envolvidos para identificar os tópicos mais relevantes. Com base nesse levantamento, serão desenvolvidos módulos de formação abrangentes, abordando temas como legislação educacional, legislação de licitações e compras procedimentos administrativos e regulamentações específicas da SEE-MG. A formação poderá ser oferecida regularmente.

<b>Elemento</b>	<b>Proposta 5</b>
Ação	Desenvolvimento e Valorização da carreira de ATB financeiro
Agente	Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
Modo	Desenvolvimento de um plano de carreira para ATBs financeiro que inclui progressão salarial, promoções com base o desempenho, e oportunidades de capacitação contínua. Além disso, poderão ser realizadas ações de

	reconhecimento como premiações e elogios públicos para valorizar o trabalho desses profissionais.
Efeito	Os ATBs financeiro terão incentivos claros para melhorar seu desempenho, buscar formação adicional e permanecerem na carreira. Isso resultara em uma força de trabalho mais comprometida, que contribuirá positivamente para a educação.
Detalhamento	Será criado um plano de carreira que estabeleça critérios objetivos para promoções e progressão salarial, como conclusão bem sucedida de cursos de formação e a obtenção de certificados relevantes. Os ATBs que se destacarem em suas funções serão reconhecidos publicamente e poderão receber prêmios ou elogios formais. Isso incentivará a busca contínua por excelência profissional.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa obteve-se uma visão dos desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos nos processos de prestação de contas das escolas estaduais que se encontram sob a jurisdição da SRE de Ouro Preto. Após análise surgiram ideias que podem orientar ações futuras e melhorias neste campo crucial.

O objetivo desta pesquisa foi verificar a percepção dos profissionais das escolas estaduais da 25ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ouro Preto envolvidos com os processos de prestação de contas, identificando áreas de eficiência e possíveis melhorias.

Em relação a esse objetivo, pode-se afirmar que ele foi cumprido. Proporcionou uma visão das percepções e desafios enfrentados pelos profissionais escolares em relação à prestação de contas. Os dados forneceram uma visão estatística e numérica das opiniões, permitindo insights sobre o contexto e as experiências dos envolvidos. Isso viabilizou a captura das percepções dos profissionais das escolas, a avaliação das estratégias de comunicação das orientações da SEE e a identificação das áreas de eficiência e melhoria.

A complexidade não apenas torna esses procedimentos solicitados, mas também aumenta o potencial de erros e atrasos. Portanto, fica evidente que o treinamento contínuo e o suporte técnico são cruciais para capacitar os profissionais a lidar com essa complexidade.

Outro ponto importante destacado na análise foi a ênfase na comunicação clara e ágil, como o WhatsApp que emergiu como uma ferramenta valiosa nesse contexto. Isso ressalta a necessidade de adotar tecnologias e canais de comunicação modernos para melhorar a eficiência dos processos de prestação de contas.

É relevante ressaltar que o uso do WhatsApp, que se destacou como ferramenta para a comunicação facilitando a troca de informações entre as escolas e a SRE, possui uma limitação. É que os profissionais, tanto das escolas quanto da SRE, utilizam seus telefones celulares particulares já que os computadores não estão configurados para permitir esse acesso. Isso evidencia a necessidade de uma infraestrutura de comunicação mais eficaz, que inclua meios adequados para facilitar o uso do WhatsApp de maneira oficial e segura, evitando a dependência de dispositivos pessoais dos servidores. Ademais, a ausência de uma rede de Wi-fi na SRE e a

dependência dos dados móveis pessoais dos profissionais sublinham a importância de abordar questões de comunicação de maneira estratégica e eficiente.

Erros nos processos de prestação de contas foram identificados como uma ameaça à eficiência e à transparência. Embora algumas dessas falhas ou equívocos possam, em determinados casos, ser considerados simples, é crucial ressaltar que, se não forem corrigidos de maneira adequada e oportuna, podem impactar significativamente na conclusão do processo. Isso foi evidenciado pelo fato de que esses erros resultam em atrasos, retrabalho e um aumento substancial da carga de trabalho, afetando negativamente a eficiência e a fluidez das ações necessárias para a conclusão dos processos de prestação de contas.

A questão da qualificação e da estrutura profissional também é um ponto-chave. A falta de reconhecimento e de uma carreira estruturada para os profissionais que trabalham dentro da gestão financeira nas escolas representa um desafio substancial. Assim, a criação de cargos específicos e a oferta de capacitação são medidas essenciais para atrair e reter talentos nessa área crítica.

Portanto, os resultados da pesquisa forneceram uma base para a formulação de recomendações específicas que visam o aprimoramento da transparência e a eficácia dos processos de fornecimento de contas na área educacional. Essas recomendações podem incluir a implementação de programas de treinamento contínuo, a melhoria das estratégias de comunicação, a consideração de uma rede Wi-fi na SRE e a criação de cargos específicos para profissionais que atuam na gestão financeira nas escolas.

Dessa forma, esta pesquisa cumpriu seu objetivo de entender as percepções dos profissionais escolares envolvidos com a prestação de contas resultando na proposição de estratégias práticas para melhorar o funcionamento dos processos de prestação de contas e, por extensão, contribuir para uma gestão transparente e eficiente na área educacional.

Para melhorar a organização das prestações de contas nas escolas e garantir maior transparência e eficiência, é essencial abordar não apenas a qualificação e a estrutura adequada, mas também a infraestrutura para repasse das orientações, a gestão de processos e a capacidade de resposta às falhas. O sucesso dessa conquista dependerá da colaboração contínua entre escolas e SRE, bem como do compromisso com o aprimoramento constante dos procedimentos.

É importante reconhecer que esta pesquisa possui algumas limitações. Uma delas foi a restrição de tempo que não permitiu a aplicação de abordagens qualitativas, como entrevistas, para uma interação mais direta com as pessoas envolvidas. Essa limitação é particularmente relevante em pesquisas no campo educacional e nas ciências humanas, onde a comunicação e a interação desempenham um papel fundamental.

Outra limitação foi relacionada à autorização para conduzir a pesquisa. Quando a universidade abordou essa atividade, o tempo disponível não permitiu a solicitação de autorização ao conselho de ética para a realização da abordagem às pessoas envolvidas no processo de prestação de contas, tanto nas escolas quanto na SRE. Devido às limitações de tempo, não foi possível realizar uma pesquisa profunda e exploratória que poderia ter investigado outras possibilidades e aspectos relacionados aos processos de prestação de contas.

Outra dificuldade enfrentada durante esta pesquisa foi a escassez de estudos prévios que abordassem diretamente a temática dos processos de prestação de contas no contexto específico das escolas. A falta de pesquisa existente que tratasse dessa premissa específica tornou desafiador identificar fontes de literatura acadêmica e referências teóricas relevantes para embasar a análise e a discussão.

Essa dificuldade confirma a necessidade de futuras pesquisas que preencham essa lacuna no conhecimento e contribuam para a base teórica no campo da prestação de contas no campo educacional. Essa carência de estudos prévios também destaca a importância de pesquisas que considerem as particularidades e desafios locais na gestão educacional.

Com base nas limitações identificadas, existem oportunidades para pesquisas futuras que podem aprofundar essa compreensão e abordagem. Uma pesquisa qualitativa mais aprofundada, incluindo entrevistas com os envolvidos nos processos de prestação de contas, pode proporcionar uma visão mais rica das percepções e desafios enfrentados.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. O diretor enquanto gestor e as diferentes pressões e dilemas da prestação de contas na escola pública. *Roteiro*, Joaçaba, edição especial. Dezembro de 2018. Disponível em <<https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17538>> Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666/cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666/cons.htm)> Acesso em: 07 jul. 2023.
- COSTA, Rômulo Bernardino Lopes da. Análise da prestação de contas de Governo da Administração Pública Municipal sob a ótica da LRF: um estudo do município de Fortaleza de 1998 a 2004. *Revista Controle*, Vol VII, Nº 2, dezembro, 2009. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6167825>> Acesso em: 20 set. 2023.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod\\_resource/content/1/Creswell.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2023
- FARIA. Márcia Prímola de. Entendendo a história do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. *Revista TCEMG*, Belo Horizonte, edição especial, p. 69-72, 2016. Disponível em <<https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/view/234/258>> Acesso em: 20 set. 2023.
- FONSECA, Reuber da Silva. LIMA, Gercina Angela. Uma ontologia de domínio para a prestação de contas dos gestores públicos federais: ONTOACCOUNT. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 28, Fluxo Contínuo, 2023. <Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/41347>> Acesso em: 17 jul. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2023.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LIMA, Luiz Henrique. A nobreza da prestação de contas. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (sem data). Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/6524-artigo-nobreza-prestacao-contas>> Acesso em: 17 jul. 2023.
- LOPES, Deborah de Almeida. FELICÍSSIMO, Laisa Thalita Bernardino. CAVALCANTI, Lucas Figueiredo. O controle interno como meio de planejamento estratégico na incrementação da receita pública e a efetividade da fiscalização realizada pelo controle externo. *Revista TCEMG*, Belo Horizonte, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./jun. 2021. Disponível em

<<https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/download/505/484>> Acesso em: 20 set. 2023.

MINAS GERAIS. *Resolução SEE 3.670 de 28 dezembro de 2017*. Disponível em: <<https://homo-portal.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Resolucao-SEEn%C2%B0-3.670-de-28-de-dezembro-de-2017-Atualizada-e-compilada.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2023.

MINAS GERAIS. *Decreto 45.085 de abril de 2009*. Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino, para fins de sistematização das normas e regulamentos pertinentes. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/45085/2009/?cons=1>> Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, Jeronimo Rosário Tanan. CORDEIRO FILHO, José Bernardo. Rejeições de Prestação de Contas de Governos Municipais: o que está acontecendo? *Contabilidade, Gestão e Governança* - Brasília · v. 15 · n. 1 · p. 33 - 43 · jan/abr 2012. Disponível em: <<https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/393>> Acesso em: 11 jul. 2023.

ROCHA, Augusto César Barreto. SANTOS DE ALENCAR, Heitor Augusto. A busca pela transparência da administração pública na América Latina e a Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa. *Revista TCEMG*, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 20-39, abr./jun., 2016. Disponível em <<https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/viewFile/117/195>> Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES. André Luiz. O sistema de administração financeira do governo federal (SIAF) como instrumento de prestação de contas na esfera federal: extensão e limitações. *Revista TCEMG*, Belo Horizonte, v. 39, n. 2, p. 57-79, jul./dez. 2021. Disponível em <<https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/download/516/494>> Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, Kellcia Rezende. KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/download/29099/21313/168500>> Acesso em: 01 ago. 2023.

WEBER, Andréa F. PÉRSIGO, Patrícia M. Pesquisa de Opinião Pública: princípios e exercícios. *FACOS-UFMS*, Santa Maria, 2017. 86 p. Disponível em <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/330/2019/10/POP.pdf>> Acesso em: 01 ago.2023.